



DOSSIÊ: AS OPOSIÇÕES POLÍTICAS NOS PALOP: FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS

## São Tomé e Príncipe: uma terra maldita para as oposições?

*São Tomé and Príncipe: a cursed land for opposition?*

*São Tomé y Príncipe: ¿una tierra maldita para la oposición?*

**Augusto Nascimento**<sup>1</sup>

[orcid.org/0000-0002-1870-1986](https://orcid.org/0000-0002-1870-1986)  
[augusto.nasci@edu.ulisboa.pt](mailto:augusto.nasci@edu.ulisboa.pt)

**Recebido em:** 28 nov. 2023.

**Aprovado em:** 30 jul. 2024.

**Publicado em:** 22 nov. 2024.

**Resumo:** A tentação da neutralização da oposição, "herdada" do colonialismo ditatorial, subsiste desde os primórdios da independência. Ainda durante a transição política após o 25 de Abril, beneficiando de uma conjuntura favorável e, em particular, do reconhecimento da OUA, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, partido histórico da independência, neutralizou a Frente Popular Livre, uma débil formação conservadora, e a Associação Cívica Pró-MLSTP, um grupo de jovens radicalizados que passou subitamente de útil a incómodo. Antes da independência, a bem da imperiosa unidade, cerceou-se a mínima expressão da divergência dos intentos, mais intuitivos do que explícitos, do MLSTP. À independência, seguiram-se quinze anos de regime de partido único. Após a adoção da democracia representativa em 1990, passou a existir alternância no poder resultante de eleições livres e justas. Em todo o caso, ocasionais locuções indiciavam a menor acomodação com as regras democráticas. Vários atos denunciaram o desejo de neutralização política dos opositores. Recentemente, corolário da sagesa de uma estratégia política de longo prazo, poderá ter chegado o momento de maior dificuldade para a democracia, o mesmo é dizer, para qualquer oposição. Neste texto, para além de uma perspetiva histórica, ensaiaremos identificar os fatores avessos – entre outros, provações e carências, pulsões para a adesão à figura redentora e ao "pulso forte", relativa facilidade de captura e de desvio de finalidade das instituições – à performance das oposições numa exígua sociedade islenha.

**Palavras-chave:** São Tomé e Príncipe; democracia; competição política; deriva autoritária.

**Abstract:** The temptation to neutralize the opposition, "inherited" from dictatorial colonialism, has existed since the beginning of independence. During the political transition after the 25th of April, benefiting from a favorable situation and, in particular, the recognition of the OAU, the São Tomé and Príncipe Liberation Movement, a historic independence party, neutralized the Free Popular Front, a weak conservative formation, and the Associação Cívica Pró-MLSTP, a group of radicalized young people that suddenly went from being useful to being a nuisance. Before independence, for the sake of imperative unity, the slightest expression of divergence in the intentions, more intuitive than explicit, of the MLSTP was curtailed. Independence was followed by fifteen years of single-party rule. After the adoption of representative democracy in 1990, there was an alternation in power resulting from free and fair elections. In any case, occasional statements indicated some discomfort with democratic rules. Several acts denounced the desire for political neutralization of opponents. Recently, as a corollary of the wisdom of a long-term political strategy, the moment of greatest difficulty for democracy, that is to say, for any opposition, may have arrived. In this text, in addition to a historical perspective, we will attempt to identify the adverse factors – among others, economic difficulties, drives to adhere to the redemptive figure and the Big Man, relative ease of capture and deviation from the institutions' purpose – to the performance of the oppositions in a cramped island society.

**Keywords:** São Tomé and Príncipe; Democracy; Political Competition; Authoritarian Drift.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

**Resumen:** La tentación de neutralizar a la oposición, "heredada" del colonialismo dictatorial, ha existido desde el comienzo de la independencia. Aún durante la transición política posterior al 25 de abril, beneficiándose de una situación favorable y, en particular, del reconocimiento de la OUA, el Movimiento de Liberación de Santo Tomé y Príncipe, histórico partido independentista, neutralizó al Frente Popular Libre, una débil formación conservadora, y la Associação Cívica Pró-MLSTP, un grupo de jóvenes radicalizados que de repente pasaron de ser útiles a ser una molestia. Antes de la independencia, en aras de la unidad imperativa, se restringió la más mínima expresión de divergencia en las intenciones, más intuitiva que explícita, del MLSTP. A la independencia le siguieron quince años de gobierno de partido único. Después de la adopción de la democracia representativa en 1990, hubo una alternancia en el poder resultante de elecciones libres y justas. En cualquier caso, declaraciones ocasionales indicaron malestar con las reglas democráticas. Varios actos denunciaron el deseo de neutralización política de los opositores. Recientemente, como corolario de la sabiduría de una estrategia política de largo plazo, puede haber llegado el momento de mayor dificultad para la democracia, es decir, para cualquier oposición. En este texto, además de una perspectiva histórica, intentaremos identificar los factores adversos – entre otros, las pruebas y deficiencias, los impulsos de adhesión a la figura redentora y el "pulso fuerte", la relativa facilidad de captura y el desvío del propósito de las instituciones – al desempeño de las oposiciones en una pequeña sociedad insular.

**Palabras clave:** São Tomé y Príncipe; democracia; competencia política; deriva autoritaria.

Numa síntese grosseira, a tentação da neutralização da oposição, "herdada" do colonialismo ditatorial, subsiste desde os primórdios da independência. Ainda durante a transição política após o 25 de Abril, beneficiando de uma conjuntura favorável e, em particular, do reconhecimento da Organização da Unidade Africana – que não necessariamente dos ilhéus – e da assistência voluntarista dos militares do País colonial demissionário (Oliveira, 2014, p. 540), o grupo fundador do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP), partido histórico da independência, acabaria por neutralizar a Associação Cívica Pró-MLSTP (doravante, Cívica), um grupo de jovens radicalizados, que, por poder tornar-se uma alternativa política, passou subitamente de útil a incómodo. Antes da independência, a bem da imperiosa unidade, cerceou-se a mínima expressão da divergência dos intentos, mais intuídos do que explícitos, do MLSTP. À independência, seguiram-se quinze anos de regime de partido único.

A adoção da democracia representativa em 1990 veio reverter esta situação. A garantia dos direitos individuais não era de somenos, como não o foi a alternância no poder resultante de eleições livres e justas. Em todo o caso, ocasionais locuções indiciavam algum incômodo com alegadas inconveniências das regras democráticas. Vários atos denunciaram o desejo, de relativamente mais fácil concretização em sociedades islenhas como a são-tomense, de neutralização política dos opositores.

Recentemente, corolário da sagesa de uma estratégia política de longo prazo – que, passando pelo aparente desapego pelo poder, veio triunfando sobre desígnios de conquista e exercício de poder atidos a ganhos imediatos –, poderá ter chegado o momento de maior dificuldade para a democracia, o mesmo é dizer, para qualquer oposição.

Vejamos, na história recente do arquipélago para o espectro do agravamento das condições de vida e do empobrecimento social, contraditório com as promessas da independência e de vários governantes, sucessivamente eleitos apesar da intuição de que não cumpririam os seus propósitos. Aparentemente tolhidos por escolhos, inércias e pressões, os governos invariavelmente parecem forçados à denegação das promessas. Logo, perguntar-se-á, oposição para quê... se a expectativa de que a substituição de um governo poder melhorar a vida se revela ilusória e, a cada momento, se clama pelo anterior. Na cúpula do Estado revezaram-se figurantes, que até hoje se têm revelado sem préstimo, para não dizer contraproducentes, sem embargo de falarem do "nosso povo" ou do "povo pequeno".

Porém, perante a atual governação – decorrente de uma maioria absoluta de assentos parlamentares nas eleições de 2022 e de um presidente do mesmo partido, Ação Democrática Independente, chefiado por Patrice Trovoada –, a oposição atravessa uma condição trágica, a saber, a de não poder deixar de ser oposição, mesmo se não o consegue ser, nem obter qualquer resultado. Em tese, os propósitos de qualquer oposição ensaiam mudar ou ajustar o rumo de

uma sociedade. Com a democracia, cada político passou a prometer o que nunca cumpriu ou cumprirá. O desempenho de oposição e a conquista de poder têm servido para políticos agarrarem a chance única de enriquecimento através do açambarcamento de bens e de oportunidades, invariavelmente em detrimento dos concidadãos<sup>2</sup>. Contra a indignação que tal equação possa suscitar entre apologistas da boa vontade ou entre arautos da consciencialização africana, o generalizado desespero e o ceticismo dos são-tomenses confirmam-na<sup>3</sup>.

Há décadas, aquando da "luta" ou, com maior exatidão, da desafeição – na terra, por regra contida e camuflada – que visou os regimes colonial e, sobretudo, o do partido único, reinava a impotência para mudar a situação. Porém, restavam a moral e a razão, referidas a um patamar mínimo de imperiosa decência (factível ou imaginada<sup>4</sup>). Tal construto esfumou-se.

Entre os governantes, a percepção da injustiça generalizada não serve de guia a uma ação reparadora, profícua no tocante à coesão política. Este descaso gera uma permanente acrimónia, em resultado da qual qualquer "político" é sinónimo de "ladrão". Tal não destoa do que se observa noutras sociedades. Porventura, a diferença residirá na arraigada convicção da incapacidade de travar o plano inclinado da corrosão da confiança política e social. Aliás, tragicamente, as reclamações de vingança pelos desgovernos não raro abrem as portas de acesso ao poder e legitimam desgovernos ainda maiores.

Neste texto, para além de uma perspectiva histórica, ensaiaremos identificar os fatores avessos – entre outros, carências, pulsões para a adesão

a figuras redentoras e ao "pulso forte"<sup>5</sup>, o chefe que manda e de quem se espera a reparação da injustiça, relativa facilidade de captura e de desvio de finalidade das instituições – à performance das oposições na exígua sociedade isleña.

A perspectiva de que as pessoas estão dispostas a lutar é inane. Já o era no tempo colonial, agora não o é menos. Mais do que a lutar, as pessoas estão predispostas a acomodar-se e, amiúde, trocam o valor da confiança social por quiméricas riquezas ou miríficos processos de desenvolvimento. Na maioria dos casos, a atitude de oposição generaliza-se, mas só quando se sabe que se ganha.

### Do colonialismo ao regime de partido único

Sem embargo da propalada paz social do colonialismo no seu ocaso, decerto subsistia um certo ressentimento (calado) de alguns ilhéus contra os colonos, impensadamente preconceituosos. Todavia, prevalecia a acomodação, fosse pela aceitação do destino como natural e inelutável, fosse pela intuída impossibilidade de alteração de uma condição existencial numa terra exígua e isolada. O anseio por uma mudança política, para muitos, inimaginável, só correria em famílias com memória de militância nos primeiros decénios de novecentos (Nascimento, 2005). Ora, eventuais mudanças dependiam, não da militância, mas do curso do mundo, de impacto incerto no arquipélago. Alguns ilhéus acalentavam sonhos, mas, se mais não fosse, por causa da potencial repressão, estavam condenados à duplicidade: confessariam para os próximos a sua esperança, mas conviviam com agentes da

<sup>2</sup> Tal é o *leitmotiv* dos dirigentes dos partidos e das respetivas clientelas. A maldição dos recursos já existe por conta do afluxo de capitais internacionais. Desde a independência, as elites prestam poucas contas do uso de fundos internacionais (cf. Frynas; Wood; Oliveira, 2003, p. 72, 75).

<sup>3</sup> A propósito, vale a pena mencionar a distância entre um discurso histórico, ou de outro saber social, frequentemente eivado de boa vontade ou da noção do que a história (em especial, a de processos emancipatórios) não poderia deixar de ser e os depoimentos puros de desalento e de descrença dos indivíduos no terreno. Para aferir do ambiente político e social em São Tomé e Príncipe, consulte-se, por exemplo, o *site Têla Nón*.

<sup>4</sup> Apesar de prometida pelos políticos e de desejada pelos cidadãos, a verdade é que, desde há décadas, ninguém julga a decência como alcançável (atentas as declarações de são-tomenses, não há eurocentrismo nesta asserção, nem diferentes entendimentos do que seja uma convivência social decente ou confiável). Por isso, vota-se por raiva e para castigo dos "ladrões", em última análise, elegendo-se outros "ladrões".

<sup>5</sup> Na circunstância, trata-se de uma alusão ao chefe que manda e de quem se espera a reparação da injustiça. Na terra, corre uma expressão metafórica dessa capacidade de mando. Por vezes, é usada em comentários nos jornais.

PIDE<sup>6</sup>, polícia política do regime, e protestavam lealdade a Portugal.

A par de lembrar a paz social por contraponto aos conflitos pós-independências em África, o regime colonial não reconhecia a existência de opositores políticos, para o que concorreriam a sobrançeria racista sobre a incapacidade de autogoverno dos ilhéus, a noção da inviabilidade económica do país independente e, ainda, a percepção, não errónea, da acomodação da maioria dos ilhéus.

As características do território explicariam a inexistência de luta armada. Segundo uma narrativa pós 25 de Abril, em alternativa “desenvolveu-se a luta política e a resistência popular” (Cruz, 1975, p. 12-13) ou, dir-se-ia, uma resistência cultural. Nos seus derradeiros anos, o regime colonial deslaçou o até então apertado controlo político e social, mas filtrava a visão do mundo e, através da persuasão, prevenia ou controlava condutas dissidentes, isolando os opositoristas, cujos sentimentos não medravam. Note-se, até hoje, a oposição política nesse tempo tem sido mais inventada e celebrada do que foi efetiva<sup>7</sup>.

Meses após o 25 de Abril, o MLSTP neutralizou a politicamente inepta Frente Popular Livre, por um lado, incapaz de enfrentar a juventude da recém-formada Cívica e, por outro, vergada pelo apoio internacional ao MLSTP, grupo que se intitulava direção de um movimento como tal inexistente, conquanto fosse reconhecido como representativo dos ilhéus pela OUA. O MLSTP foi avivando a “luta” da juventude, que se descobria revolucionária. O inebriamento político impedia-a de ver que, ao invés do que propalava, a Cívica não lutava contra os colonos, derrotados desde 25 de Abril, mas contra o “povo”, ou parte dele, incluindo trabalhadores incitados a rebelar-se contra os patrões. Em 1975, a ameaça de ruptura social avultou de tal forma que o MLSTP

se obrigou a cortar cerce o voluntarismo revolucionário da Cívica, condição *sine qua non* para aceder ao poder independentemente da vontade do “povo”. De um dia para o outro, a 19 de março, a conselho e com a ajuda do alto-comissário português, ignorando a dinamização política feita a seu favor pela Cívica, o líder do MLSTP dissolveu-a num comício em que os jovens da Cívica esperavam a retribuição simbólica pelo seu desempenho vanguardista. Sem a mínima suspeita do destino que, horas antes, se lhe reservara, num comício na praça pública, a Cívica ficou a saber que era uma oposição indesejada. Inconscientemente ou com a noção de se tratar do menor dos males, assim se teceu o advento do regime de partido único, assim como da unidade assente no entendimento do MLSTP como vanguarda do “povo” e expressão do sentimento independentista, por conta do qual se vieram a impor ditames às pessoas, ditas “nacionais”.

Em síntese, ao 25 de Abril seguiu-se um jogo de equívocos. A pretexto de expulsar os colonos, neutralizou-se qualquer oposição ao MLSTP. Mascaramo a vocação comunizante e acenando com o reconhecimento internacional, o MLSTP urgia à unidade de propósitos em torno do bem do povo. Porém, a “luta” passava a ser contra o povo ou, se quisermos, contra os ilhéus que se atreviam a duvidar dos propósitos do MLSTP, sendo, por isso, acusados de traidores. Assim se impunha, a par do medo, o estrito dever de obediência.

Após a independência, almejou-se uma cortina de silêncio maior do que no tempo colonial. Cristalizou uma ditadura de partido único, mais intrusiva das vidas particulares do que o colonialismo no seu ocaso. Beneficiando de condições de acatamento da autoridade legadas pelo colonialismo e modeladas pelos condicionalismos arquipelágicos, o MLSTP começou a inventar

<sup>6</sup> Nos anos 60, o responsável da PIDE foi convidado para casa de Salustino do Espírito Santo para uma festa de Natal (*testemunho em segunda mão, A. Nascimento*). Por esse tempo, como anotou a PIDE, é provável que Salustino dissesse que o fruto cairia de maduro. Tal sugere ponderar os possíveis cálculos de Salustino, entre eles, o de que o fruto maduro – a independência – ainda era longínquo.

<sup>7</sup> Para Hodges e Newitt (1988, p. 90), até à revolução em Portugal, os movimentos nacionalistas não tinham presença organizada nas ilhas. A repressão da PIDE era facilitada pelo isolamento. Tal não equivalia à inexistência de oposição ao colonialismo entre os ilhéus, cuja classe média estava particularmente frustrada. Economicamente marginais, os ilhéus tinham perdido as terras e sido arredados dos postos mais elevados da administração quer pelas limitações de instrução, quer pela preferência por europeus. Talvez cumpra não valorizar a presumida implicação política dos sentimentos listados pelos autores.

uma oposição contra os interesses das pessoas para enraizar a concentração de poder e a arbitrariedade. Para a legitimar, o MLSTP tentou criar uma cortina de fumo em torno da unidade para com isso conter, quando não eliminar, a já de si impotente oposição. Aventar-se-ia que, dada a introdução de um novo vocabulário político na narrativa sobre a vida das pessoas e no destino dos povos, deveria ter crescido o descontentamento com as réplicas da sujeição. Contudo, os dirigentes fiavam-se no medo inculcado nos concidadãos.

Uma opção comum entre os descontentes foi a fuga<sup>8</sup> e a expatriação<sup>9</sup>, embora esta nem sempre se devesse a convicções políticas. Uma vez fora, podia contestar-se mais à vontade. Mas, nas ilhas, quem escutava a oposição? Certamente, se a conhecia mais do que no tempo colonial, mas as perspectivas de mudar a política na terra pareciam assaz limitadas. Grassaria a convicção de que a bipolaridade política mundial estava para durar, o que era um amparo para o regime.

As invenções de intencões e de golpes dos renegados do povo sucederam-se. Em 1978, alegou-se o perigo de invasões para demandar ajuda militar (Santo, 2015, I, p. 22-23). O confronto político-ideológico no mundo ajudava a creditar tais alegações infundadas. Assim, em resultado do prolongamento da "luta", as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, estacionadas no arquipélago, passaram a amparar o governo de Pinto da Costa.

Sobreveio a paranoia da conspiração, cadinho das medidas de contenção e de repressão dos oposicionistas<sup>10</sup>, certamente mais inventados do que reais e, seguramente, incapazes do que fosse. Sob a capa da adesão, prevalecia o acatamento e, não raro, o medo.

A percepção de que se caíra num logro<sup>11</sup>, num caminho sem saída, e o medo, difuso até mea-

dos da década de 1980, tolheram a resistência, excetuando a de inconformados, que optavam pela desobediência desafiadora das figuras do regime. Num assomo de invulgar coragem, Agnelo Salvaterra, que desafiara mais as autoridades coloniais do que os expatriados independentistas, terá insultado o presidente Pinto da Costa num documento oficial. À boca pequena corriam pequenas histórias sobre os mandantes, mas atitudes de tal coragem eram raríssimas.

Se houve resistência passiva na era colonial, então, sob a forma de descaso, existiu em maior grau após a independência. Forma esquiva de desobediência, o descaso dos "nacionais" encontrava nas vicissitudes da luta diária pela sobrevivência a sua justificação. Na falta de bens básicos, como impedir o abandono do trabalho, trocado por tempos infindos em filas? Como prevenir a multiplicação de tais expedientes? Tornada crónica, a desobediência calada contribuiu para fazer gorar as hiperbolizadas metas dos planos do regime. Grassou o alheamento das pessoas atascadas em dificuldades e crescentemente desinteressadas de manifestações e rituais políticos de que não retiravam proventos. Já os dirigentes intermédios comprometiam a sua autoridade com privilégios indevidos e, não raro, com uma autoridade ignara, arbitrária e, aos olhos dos subordinados, injusta.

O medo ditava um simulacro de obediência, esperando-se que eventuais punições recaíssem sobre outrem ou evitando-as protestando fidelidade ao chefe. Mais do que no tempo colonial, por força de tanto se demandar lealdade, a duplicidade jogava um papel. Note-se, os governadores coloniais não eram da terra, as suas vidas não dependiam dela. Diferentemente, os dirigentes independentistas dependiam da terra e era em função disso que ajuizavam a lealdade dos subordinados. No arquipélago, a duplicida-

<sup>8</sup> Caso de Carlos Graça, que saiu como ministro e só voltou quando se anunciou o fim do regime de partido único (cf. Graça, 2011).

<sup>9</sup> Cahen (1991, p. 134) sustenta em que nenhum outro país de língua portuguesa foi tão grande a sangria de opositores.

<sup>10</sup> Num pântano de ilegitimidade, o Estado autoritário vive na paranoia da atividade dos oposicionistas. A violência tornou-se o método rotineiro para lidar com os oponentes (Kieh Jr.; Agbese, 2014, p. 6). A respeito de São Tomé e Príncipe, ver Seibert (1999, p. 150).

<sup>11</sup> Dir-se-á tratar-se de uma equação impolítica e, até, impossível. Porém, por não ser verbalizada não quer dizer que não fosse pensada, como o indiciavam expressões nostálgicas sobre o "tempo do colono". Evidentemente, importa sopesar não só o valor denotativo e conotativo das palavras, como a transitoriedade dos sentimentos. Não se descarte a aspiração à independência dos que sentiam a humilhação colonial, nem o desespero dos que passavam por provações inimagináveis após a independência.



de foi-se sedimentando por força das políticas intrusivas das vidas.

Se o curso do sentimento de desafeição pudesse ser considerado oposição, dir-se-ia que a oposição era cada vez mais ampla, conquanto informe, débil, sem meios e sem esperança no horizonte. Até que ponto a alienação ainda laborava para impedir que se dissociasse a titularidade do poder político da paternidade da independência? Ou, com maior propriedade, até que ponto a resignação validava a ideia de que não existia alternativa à configuração política saída da independência, atento, por exemplo, o apoio tutelar de Angola?

O presidente Pinto da Costa não cessava de invocar o povo como móbil das suas ações e designios. Não se reconheciam motivos para qualquer oposição, que só podia provir da trama neocolonial e neoimperialista. Em todo o caso, com ou sem consciência disso, os dirigentes compartilharam com as autoridades coloniais a desconfiança relativamente aos concidadãos e à sua instrumentalização pelos "inimigos" do "povo". Daí as leis proibitivas, que, imprestáveis para travar os atos reacionários – por exemplo, o boato –, tinham como propósito o incutir medo. Os dirigentes insistiam em explicar o crescente alheamento da população em razão, não da incapacidade de prover às necessidades básicas e como reação ao cercear de horizontes pessoais por força do voluntarismo político, mas da (presumida) instigação de supostos agentes do neoimperialismo e inimigos da "revolução".

Acerca dos motins e distúrbios associados ao censo de 1979, os dirigentes pretextavam que tais eventos brotavam da equivocada interpretação da população que, inadvertidamente, equiparara os propósitos subjacentes aos censos no pós-independência aos do tempo colonial<sup>12</sup>. A alienação levava a população a tomar a similitude

formal das operações de censo antes e depois da independência como indício de intenções opressivas dos governantes.

Nem todos os dirigentes acreditariam nesta narrativa, que reproduziam por conveniência ou por medo. A par do duplipensar, a sobrançeria e a cegueira ideológica dos dirigentes, que se compraziam com o mando sobre os concidadãos, geravam uma explicação esfarrapada, ainda que de contestação impossível porque as narrativas dos dirigentes eram corroboradas pelo medo. Frise-se, a menção a equívocos da população não refreou a violência na repressão dos amotinados, elementos do "povo", a quem, se vítimas da alienação colonialista ainda não expurgada das suas mentes, não se poderiam atribuir dolosas intenções contrarrevolucionárias. Conquanto o calassem, os governantes sabiam que os tumultos, não se deviam ao censo, mas aos insuportáveis ditames da política implementada, com implicações, se não avessas, ao menos distantes das promessas e do que se imaginara para as vidas futuras aquando da independência.

No rescaldo dos motins de agosto de 1979, os detidos não eram pessoas distintas. A violenta repressão, que sucedia aos processos viciados de anos precedentes, vincava o medo, um poderoso indutor de convicções que firmaram o consentimento em purgas na cúpula do MLSTP. A nova vítima – para que, porventura, terão sido aproveitados, quando não induzidos, os eventos de agosto<sup>13</sup> – seria o ex-primeiro-ministro Miguel Trovoada, detido em setembro desse ano<sup>14</sup>.

Em 1981, na esquecida ilha do Príncipe, uma manifestação de descontentamento de jovens virou uma desordem politizada, porque acabou em prisões. Todavia, as danosas dificuldades económicas, atribuídas em surdina à errada opção política, começavam a minar a disposição para a repressão. Sem embargo de algum tempo pas-

<sup>12</sup> *Testemunho pessoal, Augusto Nascimento*. É difícil crer que, por suposto embrutecimento derivado do obscurantismo colonialista, a população achasse que o censo visava forçá-la a um contrato sob o mando do governo independentista. Diferentemente, decerto a comparação com os derradeiros tempos do colonialismo teria curso e, no tocante às condições materiais da vida, não abonaria a favor do desempenho independentista que, além de as agravar, se revelava bem mais intrusivo nas vidas pessoais.

<sup>13</sup> Não se descarte o conhecimento prévio das intenções dos incautos amotinados. Com efeito, é difícil conceber que o desagrado nas ruas não fosse conhecido da segurança.

<sup>14</sup> À sua libertação, em 1981, não foi alheia a enorme pressão internacional, nem, certamente, a consciência do imbróglio de uma acusação insustentável.

sado na cadeia, a contenção pautou a repressão dos envolvidos nas diatribes no Príncipe. Ainda que inconfessadamente, começava a falhar a moral para reprimir.

O fracasso da opção socialista, precipitado pelas dificuldades na economia mundial na década de 1980, renunciou a mudança de regime, que não tivera oposição de vulto, menos pela ausência de aversão do que pela percepção da impossibilidade de ação.

Por força da aparente perenidade do regime, ditada pelo confronto de blocos políticos mundiais e pelo apoio de Angola, os ilhéus não contestavam a situação política senão em círculos restritos e à boca pequena. Em consequência da imposição da unidade e do medo, muitos terão pensado que o regime de partido único era inabalável, pelo menos por largo tempo. Atomizados, sob pressão de dificuldades inimagináveis no ocaso do colonialismo, os ilhéus limitavam-se a apartar-se da política ou, se minimamente diferenciados ou próximos de dirigentes, a valer-se de laços pessoais para obter favores com que mitigavam as penosas condições de vida. Deste modo, a duplicidade ajudava à sobrevivência, mas tolhia qualquer oposição na terra<sup>15</sup>.

No exílio, foram-se formando partidos avessos ao regime de partido único, ao MLSTP e a Pinto da Costa (Cardoso, 2007, p. 285; Santo, 2015, I, p. 25-26; Seibert, 2002, p. 160-161), entre outros, a Organização de Defesa do Povo de S. Tomé e Príncipe, a Frente de Salvação Nacional, a Frente de Resistência Nacional de S. Tomé e Príncipe, a Frente de Resistência Nacional de S. Tomé e Príncipe - Renovada, a União Democrática Independente de S. Tomé e Príncipe, a Ação Democrática Nacional de S. Tomé e Príncipe, todos sem relevância política<sup>16</sup>. A importância destas formações resultava, nalguma medida, da atribuída pelo governo, apostado em agitar a ideia da conspiração dos "inimigos" do "povo".

Apesar da publicação de manifestos, em São Tomé não se lhes conferia crédito, também por a perspectiva de um mundo imobilizado entre os blocos de leste e de oeste contribuir para a inação política no exíguo espaço insular.

A partir de meados da década de 1980, com o regime atolado num impasse económico e social, o MLSTP perdeu a verve revolucionária. Diminuíram as alusões a conspirações urdidas no exterior, que se sabia serem fabulações. A destempo, em 1988, sobreveio uma risível tentativa de incursão de insurgentes. O que os independentistas, depois autoproclamados revolucionários para sujeitar os concidadãos, nunca tinham feito por impraticável – encetar uma ação de guerrilha – pareceram querer fazer os aventureiros do golpe das canoas em 1988<sup>17</sup>. Cumpre valorizar o realismo dos arvorados revolucionários ou o idealismo dos ditos reacionários do golpe das canoas? Talvez o realismo dos independentistas também tivesse a ver com a suspeita, calada, de que a eventual luta armada não colheria o apoio dos serviçais contratados, os "explorados" nas roças, e, menos ainda, dos conterrâneos, pressuposição acobertada pela alusão aos reais óbices a aventuras militares. Já dos incautos idealistas do golpe das canoas se dirá que sabiam que a maioria da população, apesar de só falar em surdina e de apenas esperar, ansiava ver Pinto da Costa apeado do poder, ainda que nada fizesse para isso.

A permanente barragem de doutrina revolucionária – que, relativa à emancipação, desembocava na sujeição dos concidadãos e na demanda de obediência ao chefe – não suscitava a contestação da desigualdade, não tão distinta da prevalente no colonialismo, salvo no tocante à distinta coloração epidérmica de mandantes e de sujeitos. A razão da acomodação encontrar-se-á no medo e na falta de alternativa à trajetória em que tinham entrado. A ausência de reação tem a

<sup>15</sup> Sem embargo do falatório à boca pequena, de prisões, torturas e do exílio, a ideia de uma "permanente, titânica e eficaz luta" contra o regime de partido único (Santo, 2015, I, p. 26) não tem correspondência com a realidade. Talvez a atitude predominante fosse a duplicidade, quando não a mera passividade.

<sup>16</sup> Branco e Varela (1998, p. 27) conferem importância ao desgaste político causado pela FNRSTP no exterior, mas é de duvidar da importância da FNRSTP e, bem assim, das outras organizações que, de resto, não se fizeram presentes no regime democrático.

<sup>17</sup> Vejam-se as sentenças relativas ao golpe das canoas (Santo, 2015, I, p. 321-324), que denotavam que o regime, apesar da trajetória descendente, valorizava como uma ameaça efetiva o que, para o grosso da população, seria um ato desasado de uns tantos.

ver com a percepção das nulas possibilidades de ganho e, sempre, com a prevalência do medo.

Desde meados da década de 1980 intuía-se o desgaste do regime, mas inexistia capacidade de forçar uma mudança<sup>18</sup>. Jovens quadros desalinhavam-se, insinuando ser a perícia técnica mais valiosa do que a militância política, reduzida a atos rituais e a uma retórica desfasada da realidade. Mas não passavam disso. Por esse tempo, a oposição política continuava contida.

A par da crescente dificuldade em agraciar com benesses a cada vez mais numerosa clientela do poder<sup>19</sup>, remanesca o peso moral associado aos intentos anunciados e às promessas de equidade e de justiça social feitos, não só ao povo, mas, sobretudo, aos próximos. O regime caiu pela falência económica, bem como pelo descrédito por continuar a propalar bordões que, a cada dia, se tornavam risíveis.

A não considerar o desapego e o alheamento como formas subliminares de contestação política, não assomava qualquer pressão atinente a uma mudança. Por exemplo, o mando deslaçava, mas não existiam manifestações<sup>20</sup>. Tal não elidia a saturação com um quotidiano de privações, que, de resto, a adoção de regras da economia capitalista não vinha senão qualificar de provações sem sentido e desnecessárias, caso se não tivesse adotado o devaneio socialista após a independência.

Sem outra pressão para além da atonia económica e social, a transição para a democracia representativa foi conduzida pelo chefe. A intuição levou Pinto da Costa a um ato de liderança: sem prescindir da fidelidade, mormente dos jovens reformadores seus acólitos<sup>21</sup>, foi dele o impulso para a mudança<sup>22</sup>, definitivamente assente na

conferência nacional do MLSTP, de 16 a 19 de dezembro de 1989, feita para contornar a resistência a mudanças subsistentes no partido (Branco; Varela, 1998, p. 65), onde, anos a fio, a sua vontade imperara.

O abraçar da democracia não resultou apenas das provações materiais. Certamente, as aspirações a outro tipo de sociedade também pesaram no abraçar da democracia e na derrota do partido histórico da independência nas primeiras eleições livres. Quinze anos depois da condenação dos colonos ao desterro, em 1991, o sentimento de desforra voltava a pairar, desta feita contra o partido da independência.

### A “mudança” para a competição política aberta e livre

A adoção da democracia representativa fez-se acompanhar de uma expectativa de recomeço, assente em instituições gizadas para, com base no equilíbrio de poderes, garantirem direitos aos cidadãos, designadamente o de livre opinião política.

Nas primeiras eleições, os resultados – uma maioria absoluta para o Partido de Convergência Democrática - Grupo de Reflexão, forjado na oposição tardia ao MLSTP – foram determinados pelo desejo de punição por quinze anos de ditadura. Em eleições seguintes, a escolha de governantes ainda se fez à luz da avaliação de promessas que pareciam constituir programas políticos. Mas não tardou a que o juízo político fosse trocado pelo “banho” – compra de consciências com dádivas de bens ou dinheiro a votantes – e determinado pelas paixões políticas.

Diga-se, a respeito de países africanos sedi-

<sup>18</sup> Acerca do impasse em que a sociedade isleña mergulhara em meados dos anos 80, ver Cahen (1991).

<sup>19</sup> De acordo com Chabal e Daloz (1999, p. 37), o declínio dos recursos disponíveis para o patronato, e não a insatisfação com a ordem patrimonial, minou a legitimidade das elites políticas. Autores ilhéus argumentam que as causas da mudança devem ser procuradas na falência do regime causada pela perda de legitimidade do partido único e pelo agravamento da crise económica, que foi retirando ao MLSTP a capacidade de sustentar um regime de características neopatrimoniais (Branco; Varela, 1998, p. 12), um regime de prebendas e favores a alguns em detrimento da larga maioria, cuja vida se degradou substancialmente. Acrescente-se, terá sido mais fácil aos autores citar a incapacidade de sustentar um regime de características neopatrimoniais do que reconhecer que, após um período de euforia, a maioria da população estava contra o MLSTP e não poucos já lamentariam a independência.

<sup>20</sup> A mudança para a democracia não foi exigida por ações de rua ou por pressão política da oposição ou de outros sectores da sociedade, nem por pressão internacional (cf. Branco; Varela, 1998, p. 13).

<sup>21</sup> *Testemunho pessoal, A. Nascimento*. Certamente aventada a medo, paulatina e gradualmente, a mudança foi um lance paulatinamente tecido pela minoria reformadora no MLSTP com o consentimento de Pinto da Costa, cujo poder não era passível de contestação.

<sup>22</sup> A solicitação de um projeto de constituição pode, e deve, ter sido de seu alvedrio (*testemunho pessoal, A. Nascimento*) e, para a maioria dos seguidores, uma surpresa.



mentou-se a ideia de as transições para a democracia não terem alterado na prática as relações entre governantes e governados (Chabal; Daloz, 1999, p. 38). Tal não se aplicará sem mais a São Tomé e Príncipe. Durante anos, mudou o balanço entre políticos, por um lado, e os indivíduos e atores sociais, por outro. A democracia trouxe liberdade e direitos, um ganho que não era de somenos (a despeito de, entretantes, parecer ter sido depreciado).

Além da garantia dos direitos individuais e da abertura do sistema partidário, a observância dos resultados eleitorais e a alternância no poder afirmaram-se como inquestionáveis. Diferentemente do sucedido noutras sociedades mais estáveis, com eleições competitivas, onde os governos perdem eleições mais do que as oposições as ganham, em São Tomé e Príncipe foi-se verificando a rotatividade no poder, muito por força do aparecimento de formações partidárias apadrinhadas por presidentes, casos de Miguel Trovoada e Fradique Menezes. A quimérica promessa de soluções redentoras forçou a abertura do sistema político e avivou a competição partidária (Nascimento, 2023a).

Após o presidente Miguel Trovoada ter demitido três governos em dois anos, o facto de as forças políticas continuarem a referir-se ao quadro constitucional como base da sua ação pareceu indiciar uma consolidação democrática (Fleischhacker, 1999, p. 741). Se noutras paragens se assistiu a democratizações parcelares, ainda que com espaço, anteriormente inexistente, para as oposições (Young, 2004, p. 42), dir-se-á que tal não se verificou em São Tomé e Príncipe, onde, durante décadas, não se ousou sonhar com a supressão da oposição. O quadro da ação política era o da democracia representativa.

Em todo o caso, atento o movediço espetro partidário, os ilhéus, mais do que firmar posições

em nome de princípios ou convicções, ensaiavam migrar para o lado do putativo vencedor. Mais do que combater práticas políticas erróneas, arraigou-se o costume de ombrear com homens providenciais e fortes. Num certo sentido, o apadrinhamento político permanecia como o caminho mais certo de promoção social.

Noutros termos, pautada pela volatilidade e pela duplicidade, a adesão política tornou-se uma mercadoria ou revestiu-se de facetas emocionais, processo paralelo à degradação do exercício do poder – prejudicado pela inaceitável ostentação da riqueza – num país que, esfumada a promessa do petróleo em meados dos anos 90, se redescobriu pobre<sup>23</sup> e dependente. Conquanto a criação das desigualdades a benefício dos dirigentes remonte ao regime de partido único, a democratização emprestou visibilidade ao aproveitamento do exercício do poder pelos políticos (alternadamente no poder e na oposição), que aparentaram procurar quase exclusivamente a satisfação dos seus interesses, para o que instrumentalizaram as instituições<sup>24</sup>. Não é por a suspeita de apropriação indevida de fundos públicos não se provar que ela não se arraiga como uma verdade<sup>25</sup>, difundida na rua, aparentemente demonstrada pelos indícios desvelados pela contiguidade forçada num território exíguo. Ademais, como se firma a percepção de que todos, nas várias camadas e situações roubam, também os políticos forçosamente roubam, como o indicia o facto de engordarem e de terem bens cujo valor excede por muito os rendimentos. Assim se escora a convicção de uma infrene corrupção.

E, todavia, talvez o descrédito moral pese menos para a escolha de governantes. Ou, noutros termos, talvez prove a redoma em que se enredou a política islenha. Arredado o devaneio da construção de uma sociedade justa, talvez a

<sup>23</sup> Com a democracia chegaram alvitres sobre a inviabilidade do país, questão durante anos escamoteada pelo voluntarismo ideológico do regime de partido único. Para alguns, o arquipélago constitui um Estado inviável devido à incapacidade de gerar recursos e à dependência de empréstimos e da ajuda externa (cf. Frynas; Wood; Oliveira, 2003, p. 52, 59).

<sup>24</sup> Acerca da instrumentalização dos processos de democratização pelas elites no poder ou na oposição, que procuram quase exclusivamente a satisfação dos seus interesses e a reprodução das desigualdades a seu favor, ver Milando (2005, p. 121).

<sup>25</sup> A adjudicação de obras públicas a empresas, que se presume serem de governantes, fomenta a convicção de enriquecimentos indevidos. Essa convicção pode ser indiciada pela posse de aquisição de bens impossível com a remuneração de desempenhos públicos, mesmo se pagos de acordo com padrões de projetos e organizações internacionais.

sanha da vingança dos políticos se sobreponha a qualquer ponderação. Assim se despoleta um círculo vicioso que limita as possibilidades de uma ação política reparadora.

Noutros termos, num contexto de pobreza sem horizonte, na medida em que a apropriação indevida de riqueza parece indubitável, a escolha eleitoral tende a fazer-se, não pelo potencial benefício da governação vindoura, mas por fatores de caráter emocional, como visões ressentidas decorrentes das quezílias pessoais ou sentimentos ligados à demanda de vingança e desforra por determinação de um putativo mandante.

A deterioração do exercício do poder político avultou a ponto de se decantar a opinião de que os políticos são ladrões e corruptos<sup>26</sup>. Em consequência, concedeu-se crédito a políticos, ou a chefes, capazes de alardear um "pulso forte" ou, em alternativa, de prometer riqueza. Desejavelmente, deveriam provir de fora da terra ou, então, de fora da política<sup>27</sup>, como se só se encontrasse uma solução para a terra fora dela ou, pelo menos, fora da política. Noutros termos, aderiu-se a uma tutela paternal.

Ora, paralelamente quer à degradação da política, quer às desilusões com as redensões salvíficas, consolidou-se a pessoalização dos litígios político-institucionais, mesmo dentro das instituições e partidos. Dramatizada a luta política, nalgumas circunstâncias, opiniões e atos voltaram, como outrora, a ser avaliados pela lealdade e obediência ao chefe ou pelo alinhamento com o putativo mandante.

Acirrada a luta política pela introdução do labéu da corrupção, é de notar a ausência de ponderação na responsabilização pela corrupção, que é imputada sem outro amparo que o da propensão para a adesão a quem manda.

Assim, a tolerância para os sucessivos governos e protagonistas varia de modo quase irracional (ou de difícil explicação), porquanto a uns se tolera o que noutros se abomina. Porque é que a prática da corrupção tende a ser imputada ao comum dos políticos, mormente aos do MLSTP, e não a outros, como os do Ação Democrática Independente (doravante, ADI)? A iniquidade não é exata, porque simpatizantes não deixam de consentir que dirigentes dos seus partidos também são corruptos. Em todo o caso, atualmente, e como outrora, ninguém se atreve a invetivar o atual primeiro-ministro Patrice Trovoada, salvo em comentários anónimos ou à boca pequena<sup>28</sup>. As oposições denunciam a (presuntiva) ilegalidade de certas decisões económicas<sup>29</sup>, mas a denúncia, aliás, aplicável a todos os governos, será ignorada pelos apoiantes que alegarão que "o homem está a trabalhar para o país".

### De oposição ausente ... à deriva autoritária

Depois de puida por causa de apropriação indevida de rendimentos, conjugada com a deliquescência institucional e o recorrente falhanço de promessas de políticos, num ambiente de bipolarização e de crescentes acrimónia e ressentimento, a democracia acabou capturada por Patrice Trovoada, chefe do partido ADI.

Filho de Miguel Trovoada – antigo elemento do MLSTP, primeiro-ministro e ministro, preso em 1979, eleito presidente em 1991 –, Patrice Trovoada fez uma corrida de fundo, de início impercetível, para o poder tendencialmente absoluto. Terá estado na origem do ADI. Numa jogada magistral, com o ascendente presidencial do pai, Miguel Trovoada, fez eleger presidente o comerciante Fradique de Menezes para travar a

<sup>26</sup> Não se trata apenas de um juízo da rua. Independentemente do seu ressentimento, a opinião do nacionalista Tomás Medeiros, de há décadas, não podia ser mais cortante. Segundo ele, ladrões, corruptos e incapazes levaram o país ao desastre. Disse, "hoje temos aquela macacada que são três ou quatro partidos", "uma anedota autêntica"; as "pessoas sabem que o presidente é ladrão, é bandido, e tudo o que a gente quiser, mas aceita-se isso com uma imensa passividade". Para ele, "com a teoria de que as ideologias morreram, não há revolta" (cf. testemunho in Laban, 2002, p. 216-217).

<sup>27</sup> Sucedeu assim em 2011 com Pinto da Costa (Nascimento, 2013) e, depois, com Patrice Trovoada. O antagonismo entre ambos sucedeu ao que opôs Pinto da Costa ao pai, Miguel Trovoada. Esse antagonismo está a empalidecer por força do tempo e da crescente hegemonia de Patrice Trovoada.

<sup>28</sup> *Testemunho pessoal, A. Nascimento.*

<sup>29</sup> Por exemplo, "Oposição pede intervenção do Tribunal de Contas para pôr transparência no negócio dos geradores" (Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2023/11/06/42300/oposicao-pede-intervencao-do-tribunal-de-contas-para-por-transparencia-no-negocio-dos-geradores/>. Acesso em: 25 nov. 2023).

provável eleição de Pinto da Costa após o termo do mandato do pai em 2001.

Contra a recandidatura de Fradique de Menezes em 2006, aproveitando o facto de ninguém querer perder contra um presidente por todos desqualificado, Patrice Trovoada candidatou-se carreando o apoio de um desnorteado MLSTP. Como antevisto, perdeu a eleição, mas, ao contrário do imaginado pelo MLSTP e como terá previsto, Patrice Trovoada capitalizou a derrota. Sem tardar, alardeando inflexibilidade para aceitar sem condições funções governativas – atitude identificada com o desapego pelo poder –, Patrice tornou-se imprescindível para a formação de governos no segundo mandato de Fradique.

As votações no ADI foram subindo paulatinamente. Noutros partidos, repousava-se na ideia de que nunca chegaria o seu momento. Em 2010, Patrice Trovoada ganhou com uma maioria relativa. A eleição, em 2011, do antigo presidente Pinto da Costa desembocou num lance político infantil, a saber, o derrube do governo do ADI, com a "traição" do parceiro de coligação. Sucederia um governo de iniciativa presidencial, o que a "rua" considerou uma usurpação, considerando Patrice vítima da má vontade dos restantes políticos. Ficou no ar a promessa de uma revanche.

Esta chegou em 2014. Num momento de vingança da ruapor não o deixarem governar, Patrice ganhou as eleições legislativas com maioria absoluta e, em 2016, impediu a reeleição do arqui-inimigo Pinto da Costa, fazendo eleger Evaristo Carvalho, um presidente autodenominado "assina só". Patrice Trovoada encetou, então, um caminho de captura e de sujeição das instituições, a começar pelo presidente. Em 2018, por duvidar do alinhamento do Supremo Tribunal de Justiça, Patrice Trovoada induziu a criação de um tribunal constitucional, de façção, competente para ajuizar eventuais pleitos eleitorais (Nascimento, 2018).

Em 2018, ao cabo de quatro anos de governo

com uma maioria absoluta de deputados, quando se poderia inferir cansaço dos são-tomenses relativamente à governação autocrática, que tornara o "ar irrespirável"<sup>30</sup>, Patrice Trovoada falhou por pouco a renovação da maioria absoluta. Como alhures, muitos eleitores pareceram alienar-se do estendal de atos arbitrários, trocando a liberdade e a força das instituições pela identificação com o dono do poder. Embora razão de protestos e de incidentes, os resultados eleitorais de 2018 não motivaram a intervenção do tribunal de constitucional de façção. Ato imediato, Patrice Trovoada abandonou, literalmente falando, o país e o governo (Nascimento, 2019).

Entre 2018 e 2022, o governo da Nova Maioria (doravante, NM), formado por partidos que tinham estado na oposição – com destaque para o MLSTP –, repôs a normalidade constitucional. Todavia, não logrou firmar a confiança nas instâncias públicas e, menos ainda, nas atuações dos ministros, para além de se lhe deixar colar a imagem de inépcia e de falta de mando, em suma, de ausência de um qualquer propósito. Para a "rua", a compósita maioria parlamentar servia para uma miríade de indivíduos delapidar os bens públicos a seu bel-prazer e sem qualquer baia.

Nesses quatro anos, Patrice Trovoada esteve fora, beneficiando da decantação da imagem de desapego pelos bens da terra. De forma quase infantil, a maioria parlamentar da NM ensaiou aprovar uma lei *ad hominem* que, atinente a impedir a candidatura de Patrice Trovoada à presidência da República<sup>31</sup>, seria reprovada por inconstitucional, adensando, com isso, a vitimização e a ideia de uma perseguição indevida. Patrice Trovoada beneficiou da interpretação dos atos dos então governantes como apenas norteados pelo intento de o derrubar<sup>32</sup>. De igual forma, foi politicamente indigente a tentativa do primeiro-ministro, Jorge Bom Jesus, de credibilizar Agostinho Fernandes como líder saído de

<sup>30</sup> Expressão de militantes do ADI em 2017 (*testemunho pessoal*, A. Nascimento).

<sup>31</sup> Patrice Trovoada pareceu desinteressar-se da revisão constitucional e, nessa medida, da presidência, por lhe ser mais vantajoso mandar no presidente e não estar sujeito aos requisitos da função presidencial, que, aliás, assume quando por bem entende em substituição do presidente Vila Nova, que ele fez eleger.

<sup>32</sup> Este argumento foi expandido em *Uma voz africana*. O autor deste panegírico fala do paradoxo dos Trovoadas, entre o apoio e o respeito do Povo, de um lado, e o ódio e as manobras da elite política, por outro (Santos, 2014, p. 182-183). Sem dúvida, a ideia de Patrice Trovoada ser vítima de intrigas disseminou-se entre o chamado "povo pequeno" e, também, entre os jovens.

uma cisão no ADI<sup>33</sup>, quando, como qualquer um o antevia, a cisão só duraria enquanto Patrice Trovoada não regressasse. Afora a reposição da normalidade constitucional, a governação da NM não serviu senão para, ao cabo da legislatura de 2018-2022, Patrice Trovoada ver reforçado o seu poder (Nascimento, 2022).

Num novo alarde de pujança política, por interposta pessoa nas eleições de presidenciais de 2021 e nas legislativas de 2022, Patrice Trovoada arrasou. Como no continente africano<sup>34</sup>, e não só, a competição ateve-se às personagens. Nas campanhas eleitorais, Patrice Trovoada destratou o primeiro-ministro em discursos na internet. Mais do que qualquer propósito programático ou modelo de desenvolvimento, o humilhante menoscabo do primeiro-ministro Jorge Bom Jesus terá encantado parte das "massas"<sup>35</sup>, engrossando os seguidores, como se infere das manifestações e também das votações de 2021 e 2022.

As vitórias não resultaram do mero aproveitamento de circunstâncias favoráveis. Na verdade, ao longo de anos, Patrice Trovoada cimentou uma rede de clientes a quem exige lealdade indefetível e capacidade de forjar momentos, como, por exemplo, o do seu triunfal retorno após quatro anos de ausência. A eficácia organizativa e a capacidade mobilizadora de multidões, ora ordeiras, ora em clima de exaltação e desafiando ordens em nome da vontade popular, foram armas com que travou os recentes combates eleitorais, aparentando uma força inigualável por contraponto ao deslaçamento nas hostes dos adversários no governo da NM, que mais do que hostilizar, ostensivamente rebaixou. São particularmente expressivos os vídeos aquando das eleições presidenciais de 2021, em que diminuía o primeiro-ministro Jorge Bom Jesus, transmudado em inimigo, não dele, mas da "vontade popular".

Da mesma forma, e a propósito dos resultados da primeira volta das presidenciais, Patrice Trovoada humilhou o presidente do tribunal constitucional, nem de propósito enredado na mais desazada atuação que se poderia imaginar (Nascimento, 2023b) e contra a qual Patrice Trovoada invocava com sobeja razão a "vontade popular" expressa nas urnas.

Por lhe convir, Patrice Trovoada apostou na ação da rua, em defesa da vontade expressa nas urnas. Note-se, por um lado, que, independentemente da possível orquestração ou até indução por dinheiro ou, aventa-se, álcool, é inegável que as manifestações têm um carácter volitivo que não tinham nem no tempo colonial, nem no regime de partido único. Por outro, e qual indicador da sua importância política, as manifestações são mais impactantes quando realizadas a favor de uma pessoa do que por causas adversas à governação, caso em que reúnem escassos participantes. Nas manifestações aquando das eleições presidenciais de 2021, orquestradas de fora do país, espanta não só o número como a arregimentação dos comportamentos e dos lemas dos manifestantes contra a alegada tentativa de deturpar os resultados da primeira volta das presidenciais de 2021, contrapondo a ordem aos incidentes aquando das eleições de 2018.

Nem seriam necessárias, mas as ações de rua certamente ampliaram a vitória do seu candidato nas presidenciais, Carlos Vila Nova – do qual, sem risco de erro, se dirá que nunca se elegeria senão por indução de Patrice Trovoada –, assim como uma nova maioria absoluta. Em setembro de 2022, Patrice Trovoada foi inequivocamente eleito primeiro-ministro por uma maioria dos votantes que, repise-se, podia antecipar as linhas gerais do governo pelo que sabia da governação entre 2016 e 2018.

<sup>33</sup> Cf. "ADI reuniu-se com o Primeiro Ministro e prometeu oposição construtiva" (Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2019/06/27/29566/adi-reuniu-se-com-o-primeiro-ministro-e-prometeu-oposicao-construtiva/>. Acesso em: 25 nov. 2023).

<sup>34</sup> A competição política no contexto político e cultural de África tem mais a ver com pessoas do que com programas (Nolhen; Krennerich; Thibaut, 1999, p. 14). Todavia, não é só em África.

<sup>35</sup> Movida pela vingança ou pela sedução da tirania, a rua predispõe-se a ser instrumentalizada. A propósito da relação ambígua entre mandantes e súbditos, citando Mbembe, Mabeko-Tali (2018) fala-nos na tirania íntima, que liga, no mesmo feixe de desejos, os mandantes aos súbditos que não optam pela oposição, nem pelo descompromisso, tal a dinâmica relacional entre o poder autoritário e a massa anónima de pessoas comuns vítimas das práticas autocráticas. Em São Tomé e Príncipe, não se tratará de "um orgulho nacionalista e egotista compensatório do seu quotidiano difícil social e economicamente" (Mabeko-Tali, 2018, p. 63, 65), mas do gratificante sentimento de revanche dos "políticos", ditos "ladrões" e tidos por causa da pobreza e da áspera luta pela sobrevivência.

Para os derrotados, o MLSTP e o PCD-GR, integrantes do governo da NM, às condições estruturalmente adversas – uma maioria demográfica jovem propensa a aderir ao que equivalha a uma revanche dos políticos “ladrões”, a atomização das pessoas e as provações extremas que não deixam espaço para qualquer exercício cívico –, juntou-se a inépcia demonstrada pelo governo entre 2018 e 2022.

### Baralhar e dar cartas na competição política

Afora o aproveitamento de erros dos adversários e da oportunidade proporcionada pelas circunstâncias sociais, desde há anos a competição política veio a ser sagazmente contornada com a colaboração de um partido que, a despeito de alegados propósitos próprios, parece uma antena do ADI, a saber, o Movimento de Cidadãos Independentes (doravante, MCI), desde 2020 também denominado Partido Socialista. Vulgarmente, é denominado partido dos irmãos Monteiro. A dificuldade de obter votos no sul da ilha de São Tomé, em Caué, terá sugerido a criação deste partido, dirigido ao eleitorado das antigas roças, composto por descendentes de ex-serviçais. O partido dos irmãos Monteiro, descendentes de cabo-verdianos, saídos do MLSTP, solapou o apoio presuntivamente irredutível ao MLSTP, que, por isso, não transitaria facilmente para o ADI. Ora, tanto as afinidades grupais e locais do MCI, quanto o ascendente dos irmãos Monteiro, indivíduos da terra<sup>36</sup>, tiraram votos ao MLSTP. Nas eleições de 2022, o MCI, que alinha incondicionalmente com Patrice Trovoada, estendeu a

sua influência a outras zonas de roças, mas sem beliscar o ADI<sup>37</sup>.

Não está fora de hipótese a tentativa de enleamento das autoridades do Príncipe, com vista a cativar eleitorado fiel à autonomia desta ilha, se, porventura, existir um trato de benfeitorias por indicação, mesmo se velada, de votos. É possível que a União para a Mudança e Progresso do Príncipe, no Príncipe venha a ser politicamente cercada para se tornar uma muleta eleitoral do ADI.

Nas eleições legislativas de 2022, foi ilustrativa a troca de argumentos relativa a subvenções a um partido concorrente – o MDFM, espécie de despojo do partido do ex-presidente Fradique Menezes –, certamente feitas na expectativa de subtrair alguns votos aos maiores partidos opostos<sup>38</sup>, votos que, embora em número reduzido, poderiam tirar votos aos maiores partidos e determinar uma maioria absoluta do ADI.

Por fim, e ainda que em tese constitua um paradoxo, não se estranhe que entre figuras cimeiras dos partidos haja quem trabalhe para o adversário. É difícil provar tal hipótese, mas a dificuldade de prova não a elimina. Entre os indícios que a sustentam, citem-se a duplicidade generalizada, as performances à frente do MLSTP nos anos de oposição, que, de tão ineptas, mais pareciam destinar-se a servir Patrice Trovoada, e, em 2022, a transição, sem mais, do ministro da defesa do governo da NM, o ex-líder do MLSTP Jorge Amado, para o governo de Patrice Trovoada. Esta cooptação não se explica pela perenidade da política de defesa<sup>39</sup>, desde logo por inexistir tal política. Devastador pela humilhação infligida

<sup>36</sup> António Monteiro é presidente da autarquia e presidente do clube local, UDRA. O irmão, Domingos, dirige a Federação de Futebol. Entrementes, está a ser construído um campo de futebol em Angolares, tendo o primeiro-ministro comparecido no lançamento da obra, cf. “Governo Santomense lança obras de construção do campo de futebol de Angolares” (Disponível em: <https://www.telanon.info/desporto/2023/09/08/41639/governo-santomense-lanca-obras-de-construcao-do-campo-de-futebol-de-angolares/>. Acesso em: 11 set. 2023).

<sup>37</sup> Não obstante as oportunas palavras em contrário – por exemplo, “Patrice constatou que o MCI-PS dos Monteiros evitou maioria mais expressiva da ADI” (Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2022/09/26/38643/patrice-constatou-que-o-mci-ps-dos-monteiros-evitou-maioria-mais-expressiva-da-adi/>. Acesso em: 21 nov. 2023) –, que aludiam a um receio certamente mais retórico do que real, conforme o demonstra o alinhamento do MCI com Patrice Trovoada.

<sup>38</sup> Sobre o financiamento de partidos concorrentes, ver “Não fui eu que pedi encontro com Patrice Trovoada” – MDFM diz também que a coligação de votos é legal (Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2022/10/03/38691/nao-fui-eu-que-pedi-encontro-com-patrice-trovoada-mdfm-diz-tambem-que-a-coligacao-de-votos-e-legal/>. Acesso em: 11 set. 2023) e “Patrice Trovoada denunciou o Padre Miguel Gomes líder do MDFM-UL” (<https://www.telanon.info/politica/2022/10/01/38687/patrice-trovoada-denunciou-o-padre-miguel-gomes-lider-do-mdfm-ul/>. Acesso em: 11 set. 2023).

<sup>39</sup> A cooptação do ministro do anterior governo não deriva da hipotética competência técnica, em todo o caso, presumidamente irrelevante, atentos os moldes de decisão política do chefe.



aos governantes derrotados, este trânsito, mais do que não merecer censura, evidenciou até onde alcança o poder de Patrice Trovoada<sup>40</sup>.

Tal indicia a desagregação da oposição<sup>41</sup>, que não se consegue credibilizar com nenhuma palavra de ordem oponível ao lema do combate da corrupção, promessa de uma eficácia eleitoral ímpar quando enunciada por Patrice Trovoada, mesmo se inobservada do primeiro ao último dia da governação.

### A neutralização da oposição

Se, durante anos, se encarou a partilha de fundos como a causa de conflitos e se considerou que, mais do que conflitos duradouros, ocorriam pequenos litígios, cuja solução acabava por ser a de acordos que não excluíam as partes litigantes (Frynas; Wood; Oliveira, 2003, p. 75-76), concretamente, as suas figuras-chave, Patrice Trovoada introduziu uma mudança, a saber, a da visível negação de qualquer diálogo com os adversários. Fomentada a acrimónia, escusa-se a concessões a antagonistas a quem deprecia, e radicaliza as clivagens, com o que diminui as possibilidades e os ganhos da circulação de partido em partido.

Note-se, durante décadas, em África, em regimes de partido único, a oposição foi encarada como a emanação da divisão, da hostilidade e da inimizade (Nolhen; Krennerich; Thibaut, 1999, p. 14). Sob diversas formas, com maior ou menor integração dos opositores, com ou sem violência, tal perpassou pelos lances políticos após as independências (Lavroff, 1975, p. 41 *et seq.*). Mesmo após a dita vaga democrática em África, a profundamente enraizada cultura da intolerância para com a oposição não é algo do passado (Nolhen; Krennerich; Thibaut, 1999, p. 14)

No arquipélago, sob o regime de partido único

e, se quisermos, sob o colonialismo, a oposição era criminalizada e até referida a desvios morais. Após a adoção da democracia representativa, durante anos, as garantias dos direitos, a volubilidade da mutante geometria de alianças e antagonismos e, ainda, a relativa abertura do sistema político sustentaram a pluralidade de atores políticos. Os opositores num dado momento poderiam ser aliados no momento seguinte.

Porém, desde há anos, o desígnio de destroçar politicamente a oposição, desacreditando-a, ganhou forma. No arquipélago, atualmente persegue-se tal fito, não através da institucionalização do partido único, mas com a imposição à sociedade de um partido predominante, politicamente esmagador. Aliás, o intuito de neutralizar a oposição pode passar (ou ter passado) pelo recurso à violência inusitadamente extrema.

Embora num quadro formal da democracia representativa – que será certificada pela menção a um jornal digital com relativa independência, Têla Nón, embora com menos fulgor do que há anos –, é provável que Patrice Trovoada, detentor de uma autoridade incontestada no partido, de que é dono<sup>42</sup>, almeje o mesmo que, no regime de partido único, Pinto da Costa perseguiu, a saber, a neutralização da oposição na sociedade isleña.

A neutralização da oposição, que passa pelo descrédito dos opositores e pelo destroçar dos partidos adversários, paralisa a sociedade. Em junho de 2023 completaram-se quase três semanas sem combustível<sup>43</sup> nas bombas. Durante parte desse período, o primeiro-ministro andou por fora. Esta privação de combustível soma-se a meses de persistentes quebras de energia. Apesar de bastos motivos para um protesto – até em razão de promessas de eficácia governativa ímpar –, prevalece a (sensação de) impotência. Após quase três semanas sem combustível, ape-

<sup>40</sup> O poder de Patrice Trovoada prova-se pelo facto de sentar à mesa do conselho de ministros individuais que se desconsideravam quando nenhum deles adivinharia vir a partilhar assentos no dito conselho.

<sup>41</sup> A desagregação da oposição também pode ser iniciada pela pulverização de candidatos, como se tal constituísse um modo de vida. O fenómeno atingiu o paroxismo em 2021 e 2022, com 19 candidatos a presidente e 11 partidos concorrentes às legislativas, respetivamente.

<sup>42</sup> Foi com facilidade que anulou a tentativa de dar um rumo diverso ao ADI quando ele estava fora.

<sup>43</sup> Não foi a primeira vez ("STP bloqueado por causa da falta de combustíveis", disponível em: <https://www.telanon.info/economia/2019/07/10/29652/stp-bloqueado-por-causa-da-falta-de-combustiveis/>, acesso em: 21 jun. 2023), mas terá sido a mais duradoura, ao mesmo tempo em que, em parte desse tempo, o primeiro-ministro andava por fora, aqui e além supostamente escrutinado nas redes sociais.

sar de protestar pela situação criada, a oposição mostrou-se tolhida e incapaz de um protesto significativo nas ruas<sup>44</sup>. A convocação de manifestações de desagravo não tem eco, também por ninguém acreditar na possibilidade de uma ação eficaz que demandaria a liderança de uma figura da oposição ou por ninguém asseverar que, com a oposição no governo, não se estaria numa situação similar, exceto no tocante ao medo que se adensou em resultado da violência extrema ocorrida a 25 de novembro de 2022. Por ora, a governação logrou uma oposição incapacitada e temerosa.

Repetindo os fins da subversão da ordem constitucional em 2018, uma recente lei "interpretativa" vincou a possibilidade de instrumentalização da justiça, cuja sujeição se evidencia pela falta de independência e autoridade próprias. Não só, mas também por isso, a justiça será incapaz de resolver o caso do assassinato, cruelíssimo, de pessoas no quartel a 25 de novembro, a pretexto de uma tentativa de golpe de Estado, cuja inverosimilhança parece indiciada pelas palavras intempestivas e inapropriadas de várias autoridades no dia e nos dias seguintes. Ao destoarem da realidade, essas palavras tornaram-se num facto de gravidade irreparável para a coesão política e social.

Numa réplica das "inventonas" do regime de partido único e do final da anterior governação de Patrice Trovoada, a 25 de novembro de 2022 inventou-se nova tentativa de golpe de Estado. Desta feita, os eventos desse dia evidenciaram o livre freio da violência e, a par disso, a sujeição dos tribunais e o rebaixamento das demais insti-

tuições. Por entre desencontradas e desasadas narrações oficiais e – antecipemo-lo – duvidosas sentenças judiciais (como as do regime de partido único!), a inédita violência abateu-se pesadamente numa terra onde nunca uma "inventona" tivera um desfecho tão trágico (com exceção, evidentemente, dos desmandos colonialistas de 1953). Aos assassinatos, soma-se a inculcação do medo e a paralisia de qualquer ação contestatária ou meramente dissonante. Com efeito, tais eventos indicaram aos cidadãos a tendencialmente nula liberdade para a ação política desassombadamente contestatária. Sinal da profunda clivagem introduzida na sociedade, não falta quem clame por borrachadas nas costas dos adversários com que manifestem veleidades de protestar<sup>45</sup>.

A dias da cimeira da CPLP, em agosto de 2023, a pretexto da escassez de recursos, alocados à organização do evento, proibiram-se manifestações de cariz reivindicativo ou protestativo<sup>46</sup>, o que, objetivamente, visou impedir a população de demandar justiça durante a estada de governantes estrangeiros. Os partidos da oposição intentaram uma ação contra o Estado, consabidamente inútil dada a subordinação dos juizes ao poder político. Sendo porventura a possível, a resposta da oposição foi pífia.

Na prática, dada a inação, feita tergiversação ou cumplicidade, de quase todos os parceiros internacionais<sup>47</sup>, medidas administrativas discricionárias violaram direitos fundamentais, porquanto limitaram a liberdade de expressão. A alegação da falta de meios, justificativa da suspensão dos protestos durante a cimeira da CPLP, pode ser lida como um teste à reação a

<sup>44</sup> Cf. "Crise dos Combustíveis : Patrice pede desculpas ao povo e promete compensar..." (Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2023/06/21/40929/crise-dos-combustiveis-patrice-pede-desculpas-ao-povo-e-promete-compensar/>, Acesso em: 21 jun. 2023) e "Crise dos Combustíveis : MLSTP/PSD acusa governo de amadorismo e falta de competência" (Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2023/06/21/40928/crise-dos-combustiveis-mlstp-psd-acusa-governo-de-amadorismo-e-falta-de-competencia/>, Acesso em: 21 jun. 2023).

<sup>45</sup> "Frente Unida rejeita a proibição do direito de manifestação e admite sair a rua a qualquer momento" (Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2023/08/18/41398/frente-unida-rejeita-a-proibicao-do-direito-de-manifestacao-e-admite-sair-a-rua-a-qualquer-momento/>, Acesso em: 22 nov. 2023).

<sup>46</sup> Veja-se "PROIBIDO manifestar-se em STP" (Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2023/08/17/41397/proibido-manifestar-se-em-stp/>, Acesso em: 21 ago. 2023); "Frente Unida rejeita a proibição do direito de manifestação e admite sair a rua a qualquer momento" (Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2023/08/18/41398/frente-unida-rejeita-a-proibicao-do-direito-de-manifestacao-e-admite-sair-a-rua-a-qualquer-momento/>, Acesso em: 21 ago. 2023); "Carta Aberta aos Presidentes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa" (Disponível em: <https://www.telanon.info/destaques/2023/08/21/41411/carta-aberta-aos-presidentes-da-comunidade-de-paises-de-lingua-portuguesa/>, Acesso em: 21 ago. 2023).

<sup>47</sup> Ressalve-se a exceção das palavras de Domingos Simões Pereira, líder do PAIGC: "Simões Pereira COnsidera necessário que se conheça o estado democrático de cada país da CPLP ... ao acontecer uma Cimeira da CPLP em S.Tomé..." (Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/?extid=WA-UNK-UNK-UNK-AN\\_GKOT-GK1C&mibextid=2Rb1fB&v=1507296243345159](https://www.facebook.com/watch/?extid=WA-UNK-UNK-UNK-AN_GKOT-GK1C&mibextid=2Rb1fB&v=1507296243345159), Acesso em: 31 ago. 2023).

proibições, qual barómetro do que poderá ser o procedimento noutras situações, por exemplo, em caso de contestação política ou de dúvidas sobre resultados em futuros pleitos eleitorais.

Para a oposição, a situação piorou após os eventos de 25 de novembro de 2022 por efeito do medo (se necessário, convenientemente metamorfoseado de conformismo, desculpabilizado pela ideia de não haver alternativa). Diferentemente da imaginada unidade contra o colonialismo e, concomitantemente, da exaltante esperança nos primeiros tempos do regime de partido único, atualmente a disputa política tende a fraturar amigos e, até, famílias.

### Notas finais

Após a adoção da democracia representativa, já depois de ter assentado num padrão de competição política livre e aberta, a sociedade isleña mostrou-se vulnerável a uma estratégia de captura das instituições e de arregimentação de desempenhos, estratégia iniciada há décadas por Patrice Trovoada, chefe e dono do ADI.

O êxito desta estratégia é comprovado pelo crescendo de votações no ADI em sucessivas eleições até à tomada de poder. Como se disse, esta estratégia assentou, não na alteração formal das instituições, mas no desvio de finalidade das mesmas por arregimentação das vontades dos seus titulares, a quem cumpriria serem livres para poderem garantir os direitos dos cidadãos.

Sem ideologias, sem programas, sem convicções, sem figuras agregadoras, a destrocada oposição bate-se com um político determinado, à frente de uma rede clientelar notavelmente resiliente, mormente se comparada com a volatilidade das adesões a outros partidos, e capaz de fomentar e alardear a adesão ao chefe, Patrice Trovoada.

Hegemónicos, Patrice Trovoada e o ADI pretendem representar os deserdados do sistema político, o povo pequeno. A esta força de Trovoada e do ADI, os partidos da oposição só conseguem contrapor uma imagem de impotência e de desagregação. Se o princípio da ação política é a adesão ao chefe, de quem não se duvida, por ora

não se vislumbra figura da oposição para tal papel.

Conquanto inepta e passiva, a oposição não deixará de existir. Contudo, mesmo em condições distintas das experimentadas sob as ditaduras dos regimes colonial e de partido único, a oposição poderá não lograr reverter uma hegemonia consolidada pela aversão aos políticos "ladrões", que alegadamente encabeçam os partidos da oposição.

Por quanto tempo mais durará a possibilidade de se ser livremente oposição? Sem embargo dos antevistos fracassos de cada governação, os são-tomenses parecem prezar a liberdade de votar, mesmo quando tal não representa uma opção por um futuro, antes parece resumir-se à escolha ou à rejeição de um mandante. Frise-se, não será pouco. Em 2018, serviu para a alternância. Em todo o caso, não é líquido que futuramente as circunstâncias permitam tal liberdade.

Correlativamente à perda de sentido de comunidade, de pertença e à perda de confiança social, praticamente esvaída, nos partidos de oposição pesam a inação e a apatia. Se durante a legislatura entre 2014 e 2018 grassava um sentimento de perplexidade e de revolta, mesmo se impotente, e de alguma esperança numa reação nas eleições de 2018, em vista do que de surpreendentemente negativo contivera a governação com uma maioria absoluta, o ânimo não é, nem será, o mesmo para as futuras eleições. Afinal, a rua votou claramente pela recidiva numa governação autoritária, de todos conhecida. E não será grande o risco de erro se se predisser que, por variadíssimas razões, Patrice Trovoada não perderá eleições.

Num arquipélago, cujo destino parece não prender a atenção dos *fora* internacionais, não surpreenderia que do esvaziamento da decisão política se caminhasse para a relativa apartação entre o exercício do poder e a deriva da sociedade empurrada para o limbo da existência política. Noutros termos, poderá subsistir e, até, avultar a dissociação entre a sociedade e os governos, dependendo das pulsões de controlo do quotidiano pela atual governação, que, até agora, prescindiu dos veios totalitários operantes após

a independência. Mais do que oporem-se a políticos poderosos, os ilhéus fizeram da duplicidade uma forma de sobrevivência. Doravante, sem alternativas, as pessoas quererão sobreviver independentemente da política.

## Bibliografia

BRANCO, Rafael; VARELA, Afonso. *Os caminhos da democracia*. Portugal: Amadora, 1998.

CAHEN, Michel. Arquipélagos da alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 14-15, p. 113-154, 1991.

CARDOSO, Manuela. *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe*. Educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento. Porto: Afrontamento, 2007.

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. *Africa works*. Disorder as political instrument. Oxford: James Currey, 1999.

CRUZ, Carlos Benigno. *S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência*. Lisboa: Moraes, 1975.

FLEISCHHACKER, Helga. São Tomé and Príncipe. In: NOLHEN, Dieter; KRENNERICH, Michael; THIBAUT, Bernhard. *Elections in África*. A data handbook. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 739-754.

FRYNAS, Jędrzej George; WOOD, Geoffrey; OLIVEIRA, Ricardo M. Business and politics in São Tomé e Príncipe: from cocoa monoculture to petro-state. *African Affairs*, Oxford, n. 102, p. 51-80, 2003.

GRAÇA, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. Lisboa: Uneas, 2011.

HODGES, Tony; NEWITT, Malyn. *São Tomé and Príncipe*. From Plantation Colony to Microstate. Londres: Westview Press, 1988.

KIEH JR., Klay; AGBESE, Pita Ogaba. Introduction. The tragedies of authoritarian state in Africa. In: KIEH JR., Klay; AGBESE, Pita Ogaba (ed.). *Reconstructing the authoritarian state in Africa*. Londres: Routledge, 2014. p. 1-17.

LABAN, Michel. *São Tomé e Príncipe*. Encontro com escritores. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

LAVROFF, Dmitri. *Os partidos políticos da África Negra*. Amadora: Bertrand, 1975.

MABEKO-TALI, Jean-Michel. *Guerrilhas e lutas sociais*. O MPLA perante si próprio (1960-1977). Ensaio de história política. Lisboa: Mercado de Letras, 2018.

MILANDO, João. *Cooperação sem desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

NASCIMENTO, Augusto. A abrasiva situação política em São Tomé e Príncipe: por quem os sinos dobram? *Changing World*, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://blog.cei.iscte-iul.pt/a-abrasiva-situacao-politica-em-sao-tome-e-principe-por-quem-os-sinos-dobram/>. Acesso em: 18 set. 2023.

NASCIMENTO, Augusto. As Eleições Legislativas de 2018. Acerca da Sobrevivência da Democracia em São Tomé e Príncipe. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 38, p. 93-122, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/4389>. Acesso em: 9 mar. 2020.

NASCIMENTO, Augusto. As pulsões na política em São Tomé e Príncipe. *Africana Studia*, Porto, n. 20, p. 135-152, 2013.

NASCIMENTO, Augusto. Democracy and adrift and the trajectories of the political parties in São Tomé and Príncipe. *The Journal of the Institute for African Studies*, Moscow, Iss. 2 (63), p. 83-100, 2023a. DOI: 10.31132/2412-5717-2023-63-2-82-100. Disponível em: <https://africa-journal.ru/wp-content/uploads/2023/06/Zapiski-2-2023-7-82-100-Augusto-Nascimento.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

NASCIMENTO, Augusto. Eleições em São Tomé e Príncipe em 2022: o povo tira, o povo põe... até quando? *Luz do Pensamento*, [s. l.], n. 31, p. 2-3, 13 out. 2022. Disponível em: [file:///C:/Nascimento/Downloads/Luz%20do%20Pensamento%20Edicao%2031-1%20\(5\).pdf](file:///C:/Nascimento/Downloads/Luz%20do%20Pensamento%20Edicao%2031-1%20(5).pdf). Acesso em: 12 jan. 2023.

NASCIMENTO, Augusto. *Entre o mundo e as ilhas*. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos. São Tomé: Uneas, 2005.

NASCIMENTO, Augusto. São Tomé e Príncipe: disrupção e crise na justiça e na política. In: AAVV. *Ciências Sociais e Disrupções Globais: Desafios, reposicionamentos e possibilidades de novas respostas*. Praia: UNICV, 2023b. No prelo.

NOLHEN, Dieter; KRENNERICH, Michael; THIBAUT, Bernhard. *Elections in África*. A data handbook. Oxford: Oxford University Press, 1999.

OLIVEIRA, Pedro Aires. O ciclo africano. In: COSTA, João Paulo Oliveira (coord.); RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da expansão e do império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014. p. 341-545.

SANTO, Carlos Espírito. *A primeira república*. Lisboa: Colibri, 2015. 2 v.

SANTOS, Carlos Oliveira. *Patrice Trovoada*. Uma voz africana. Lisboa: Âncora, 2014.

SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres*. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe. Lisboa: Veja, 2002.

SEIBERT, Gerhard. *Comrades, Clients and Cousins*. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe. Leiden: Leiden University, 1999.

YOUNG, Crawford. The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing Africa political dynamics. *African Affairs*, Oxford, n. 410, p. 23-49, 2004.

---

## Augusto Nascimento

Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa. Licenciado em História, foi cooperante em São Tomé e Príncipe de 1981 a 1987. Regressado a Portugal, em 1992, obteve o grau de mestre, em 2000, o de doutor em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. Em 2015 obteve a agregação em História Contemporânea. Foi investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, de Lisboa. Colabora com o Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL), com o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e com o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Publicou textos científicos sobre São Tomé e Príncipe e Cabo Verde em livros e em revistas nacionais e internacionais. Tem como principais áreas de interesse a história política africana, a história recente e a actualidade de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe.

---

## Endereço para correspondência

### AUGUSTO NASCIMENTO

Centro de História da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214

Lisboa, Portugal

*A normatização deste artigo foi revisada por Araceli Pimentel Godinho e submetida para validação dos autores antes da publicação.*